

ALDAIZA SPOSATI

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

FERNANDA RODRIGUES

Instituto Superior de Serviço Social do Porto

## Sociedade-Providência: Uma estratégia de regulação social consentida

77

*O artigo discute a questão da solidariedade no campo das políticas sociais, analisando especificamente a solidariedade no contexto da rede de reciprocidades que se estabelece entre aqueles que têm mais difíceis condições de vida. O artigo sintetiza elementos e reflexões de um estudo comparado entre o Brasil e Portugal, sociedades (diferentemente) perpassadas pela designada crise do Estado de Bem-Estar Social.*

A «sociedade-providência» é anali-

*sada nalgumas das suas manifestações, designadamente nas sua função de enfrentamento das necessidades de reprodução social, bem como na vertente da relação com as garantias estatais de provisão social. A par da sua característica de oposição ao conformismo, a «sociedade-providência, como mecanismo baseado em sólidos valores de coesão, é encarada como campo de potencial substituição das obrigações estatais.*

**A**s discussões sobre a solidariedade têm invadido o campo das políticas sociais, a tal ponto que, no caso da América Latina, as políticas sociais vêem-se sobrepostas ou substituídas por programas como Pronasol<sup>1</sup> no México e Comunidade Solidária<sup>2</sup> no Brasil e em Portugal enfatiza-se a ideia de Estado solidário.

<sup>1</sup> Programa Nacional de Solidariedade, criado em Dezembro de 1988, pelo presidente mexicano Carlos Salinas de Gortari. Trata-se de um conjunto de medidas com execução centralizada na Presidência da República, baseadas na lógica da selectividade e voltadas para a população descriminada como pobre. Essa lógica opõe-se à noção de políticas sociais públicas orientadas para a garantia de direitos universais. O Pronasol deu impulso à privatização e mercantilização de grande parte dos serviços sociais, consolidando um processo de desmantelamento dos antigos programas sociais.

<sup>2</sup> Comunidade Solidária é um programa criado no Brasil, em Fevereiro de 1995, pelo recém eleito presidente Fernando Henrique Cardoso. Com explícita inspiração no Pronasol, o Comunidade Solidária é coordenado por um Conselho que tem como presidente a «primeira dama», a antropóloga Ruth Cardoso. A implantação do Comunidade Solidária também pôs fim a instituições e programas de implementação de políticas sociais como o CBIA (Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência), a LBA (Legião Brasileira de Assistência) e o CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar). O Comunidade Solidária promoveu o esvaziamento do importante movimento da sociedade denominado Acção da Cidadania contra a Miséria e a Fome.

Quase podemos afirmar a solidariedade como valor universal. Ela atravessa modelos comunitários e propostas socialistas de partilha. O seu estudo revela porém, que a aparente positividade pode encobrir desde condutas moralistas e pouco éticas, até manifestações em prol do Estado mínimo neoliberal.

Uma das formas de analisar a solidariedade pode dar-se no contexto da rede de reciprocidades que se estabelece entre aqueles que possuem as piores condições de vida. É este o objecto deste artigo que sintetiza elementos de um estudo comparado entre duas realidades Brasil (algumas cidades) e Portugal (Porto), quanto ao enfrentamento de riscos por trabalhadores de ganhos mais baixos e piores condições de vida.

A crise do Estado de Bem Estar Social, ou Estado-Providência, passa pela disjuntiva entre certeza e risco. Aquela crise instalou-se desde a sua concepção e explicita-se hoje pela hegemonização político-institucional de políticas focalistas em detrimento das políticas sociais universais.

A base da certeza social do trabalhador dá-se pela garantia de emprego/rendimento mínimo com a «gratuidade» ou desmercadorização de serviços sociais fundamentais como a saúde e pela redução dos desequilíbrios na distribuição da riqueza, via de regra por um sistema de impostos progressivos.

Em sociedades como a brasileira e a portuguesa, marcadas por uma regulação social onde o Estado não assumiu a garantia da «certeza» em detrimento da redução/eliminação do «risco social», talvez se possa dizer que ocorre uma inversão do protagonismo do risco que, do capital, passa para o trabalho. Aqui, paradoxalmente, a regulação estatal privilegia a instituição de mecanismos de contenção de riscos para os empresários e, ao mesmo tempo, demite-se da mesma eficiência e eficácia na garantia de certezas. Noutros termos, as nossas sociedades sofreram um atraso, não só da democracia juridico-política do Estado de Direito, como também da efectivação dos direitos sociais como garantia do Estado Social. Embora as lutas sociais se fizessem — e se façam — incidentemente em nome da extensão da cidadania e dos direitos sociais, estas sociedades não desenvolvem o modelo do *welfare state* sob o foco da expansão quanti-qualitativa das garantias sociais à população.

Esta forma de regulação social não tem por fundamento o equacionamento de certezas sociais, nem a produção de

atenções estatais de carácter universalista. Pelo contrário, a sua marca constitui-se pelos modos como mescla a acção entre o Estado e a sociedade civil, entre o estatal e o privado, na produção de prestações eventuais que transformam o direito social de auto-aplicável num direito social retórico, sujeito a regras e concedido pelo mérito. Substitui-se, neste caso, o Estado-Providência pela Sociedade-Providência.

O conceito de sociedade-providência é aqui apropriado de Boaventura Sousa Santos ao referir os benefícios sociais que são produzidos por uma sociedade relativamente rica em relações comunitárias e em ajuda mútua. «Entendo por sociedade-providência as redes de relações de interconhecimento, de reconhecimento mútuo e de entreajuda baseadas em laços de parentesco e de vizinhança, através das quais pequenos grupos sociais trocam bens e serviços numa base não mercantil e com uma lógica de reciprocidade semelhante à relação de dom estudada por Marcel Mauss». (Santos, 1991: 37).

Estas redes de solidariedades, nas suas múltiplas manifestações, situam-se num campo cultural e antropológico e exercem, entre outras, a função de suprir necessidades de reprodução social, principalmente dos mais empobrecidos.

A natureza deste artigo impede uma detalhada apresentação dos procedimentos de recolha empírica e sua análise em extensão, pelo que se referirão alguns dos passos mais significativos. A análise apresentada baseia-se em contributos muito diversificados: a) os que coadjuvaram o desenho contextual de ambas as sociedades e das condições da pesquisa e b) as entrevistas em profundidade com um número de informadores seleccionados (designadamente dos grupos escolhidos de mais frágeis rendimentos). Na recolha atendeu-se ainda ao registo extenso dos depoimentos dos entrevistados, o que nalguns momentos permitiu uma incursão nas trajetórias de vida que as aproximou da possibilidade de reconstrução de histórias de vida. Os contactos mais ou menos institucionais efectuados para obter a possibilidade de acesso aos entrevistados, foram outra das modalidades de recolha de informação que se tentou recuperar na análise final da pesquisa (Sposati, 1991).

O estudo realizado no Brasil e em Portugal junto dos grupos sociais seleccionados envolveu 250 entrevistas, das quais 38 no Porto e 217 no Brasil, abrangendo 217 utentes

## **A Metodologia da análise**

dos serviços de atendimento dos serviços de Assistência Social, 27 trabalhadores da limpeza pública e 5 apanhadores de papel.

Comparados os grupos pesquisados da limpeza pública, no Porto e em São Paulo, pode dizer-se que eles vivenciam as mesmas condições de salários baixos, sujeitos às flutuações de mercado; ambiente insalubre; instabilidade face à existência de uma oferta abundante de mão de obra, sobretudo para as funções não especializadas ou semi-qualificadas; e frequente ausência de formalização de contratos que estipulem garantias legais ou prevejam soluções jurídicas para as reivindicações e conflitos de trabalho.

Acrescente-se ainda que além destas condições, e em grande parte por elas determinados, se manifestam problemas de habitação, alimentação, transporte, educação, lazer, saúde.

Nega-se neste estudo a concepção da pobreza, apenas como uma relação monetária, entendendo-a mais amplamente, isto é, enquanto privação de bens materiais e culturais, necessários à vida e à sociabilidade plena, situação que diz respeito à relação dos homens/mulheres entre si (Silva, 1989). Associa-se rendimento a custo de vida ou a poder aquisitivo do salário. Esta opção conceptual orientou a proposta de realizar um estudo comparado com a primeira pesquisa brasileira sobre o custo de vida, realizada em São Paulo no período de 1936 a 1938. Esta escolha levou a incluir na amostra os trabalhadores da limpeza pública para, assim, possibilitar a comparação com o estudo anterior e utilizando um questionário similar (que permitisse avaliar as alterações do custo de vida no intervalo de cinquenta anos). É bom salientar que este estudo de 1936 permitiu fixar o valor do salário mínimo no Brasil em 1940.<sup>3</sup>

<sup>3</sup> O significado dessa pesquisa realizada por Samuel Lowrie decorre do facto de ela ter sido base para a fixação do salário mínimo brasileiro, o qual, embora criado em 1934, só passou a vigorar em 1940. Nessa ocasião, tal salário foi fixado em 220\$00, quando em 1938 Lowrie havia indicado como valor necessário do salário mínimo 376\$00. Na época, Lowrie escolheu para análise as condições de vida de uma determinada categoria de trabalhadores, neste caso os de limpeza pública, uma vez que eram os assalariados tidos como mais desqualificados e de menor salário. Procurava-se, portanto, responder à questão: como vive quem menos ganha? Ou retroagindo ao pensamento da época: qual é o mínimo que deve pagar-se a um serviço, de acordo com um critério de justiça? A questão não se baseava na riqueza do país, na produtividade do serviço ou nos desejos do trabalhador.

A primeira questão foi a de reaplicar o estudo sobre o padrão de vida junto da mesma categoria de trabalhadores, passados cinquenta anos e na mesma cidade. Mais do que isso, obtidos os instrumentos metodológicos da pesquisa



Saliente-se como característica do trabalhador do lixo, no Brasil, a alta rotatividade, verificada neste serviço cujas representações sobre o seu significado social estão marcadas pela sua evidente desvalorização pública, na medida em que supõe alta insalubridade e uma imagem de baixo prestígio social. É uma ocupação de padrão altamente espoliador. As condições de trabalho desses trabalhadores são peculiares, o que, sem dúvida, foi a riqueza e o limite das possibilidades analíticas da investigação quanto à sua generalização. No caso do Brasil/São Paulo esses trabalhadores são assalariados de empresas privadas e em Portugal/Porto são funcionários da Câmara Municipal.

O salário mínimo em Portugal é o quádruplo do estipulado no Brasil e esta diferença fica patente na comparação entre os trabalhadores de limpeza pública dos dois países. Enquanto uma varredora de rua ganha no Brasil entre 188 a 225 dólares mensais, este valor sobe para 417 a 492 em Portugal, ou seja, mais de duas vezes e meia. Os homens recebem mais do que as mulheres em ambos os países: enquanto no Brasil os seus salários variam entre 225 e 300 dólares, em Portugal isto vai para 536 a 626 dólares mensais, ou seja, pouco mais do que duas vezes e meia também. Esta diferença é porém bem mais forte quando se examina a capitação do rendimento familiar. Enquanto no Brasil/São Paulo a variação dessa capitação é entre 68 e 160 dólares, em Portugal/Porto essa variação situa-se entre 186 e 653 dólares mensais. Portanto, uma diferença do triplo entre os dois países. Embora ganhem mais em Portugal que no Brasil, o salário básico é insuficiente, o que leva muitos trabalhadores portugueses a buscar trabalho nocturno, que lhes permite um acréscimo de 89 escudos/hora. Aqueles que conseguem tal mudança fazem do trabalho na limpeza urbana um «outro» emprego, que acumulam com actividades variadas desde construção civil, cobranças, ou pequenos serviços ao domicílio (como o de barbeiro). As mulheres acabam por receber menos do que os homens já que não têm acesso ao serviço nocturno e às horas extraordinárias.

Nalgumas épocas como Natal e Páscoa os trabalhadores da limpeza pública recebem gratificações em dinheiro, que

---

realizada, procedeu-se a adaptações mínimas a fim de a reproduzir em 1990 no Brasil e em 1991 em Portugal. Ainda que alterações da economia matizem diferentemente as causas das situações encontradas, procura-se ao longo da análise responder mais imediatamente à questão: afinal, melhoraram ou pioraram as condições de vida desses trabalhadores?

lhes permite a melhoria de rendimentos. Em Portugal, as consoadas são, muitas vezes, em alimentos. O dinheiro, quando recebido, é utilizado quase sempre da mesma forma: «comprei iguarias, coisas para os filhos». No Brasil os empresários afirmam que esse «ganho» dos trabalhadores chega a equivaler a entre três e quatro salários mensais. Com isto há uma evasão do trabalhador brasileiro durante os três primeiros meses do ano que, assim, volta para encontrar a família na sua cidade natal.

O montante do 13<sup>º</sup> mês das populações pesquisadas em São Paulo e no Porto, gasto em alimentos, roupas e sapatos, apresentou em alguns casos uma nova utilização: «as dívidas sempre existem, paguei com o 13<sup>º</sup>»; «paguei a água, luz e aluguel atrasado». Assim, embora as dívidas por ocasião do Natal e o 13<sup>º</sup> mês tragam parcelas adicionais aos rendimentos dos grupos domésticos, a sua utilização com o consumo de «alimentos e roupas, principalmente para as crianças», demonstra o carácter não excedente daqueles valores. Ou seja, na medida que os salários recebidos durante o ano não são suficientes para a satisfação de necessidades básicas, criam-se vazios de consumo que são depois parcialmente preenchidos nestas ocasiões.

Para os utentes dos serviços públicos de assistência social (o grupo mais entrevistado) os rendimentos advêm de diferentes formas de inserção no mercado, em geral, trabalhadores autónomos, aposentados e uma gama de empregadas de limpeza, «manicure», lavadeiras, peixeiros, vendedores ambulantes, empregados domésticos, isto é, trabalhadores que vendem os seus serviços e cujo ganho decorre da procura pelo serviço. Em geral não há um salário fixo mensal.

A opção pelo estudo das situações de vida da população que ocorre aos serviços oficiais de assistência/acção social deveu-se ao facto de que tais serviços, por via de regra, recobrem situações tangenciais de vida e configuram-se como o espaço daqueles que não têm acesso aos direitos contratuais.

No caso dos utentes portugueses distinguiram-se quatro grupos: o dos que trabalham como serviçais ou auxiliares de limpeza; o dos que têm múltiplas e pequenas atividades (como trabalhadoras domésticas); os aposentados(as)/reformados(as); e as viúvas e desempregados(as). O baixo valor das pensões/reformas é um factor de pauperização no Brasil como em Portugal, atingindo em particular determinados grupos como as viúvas.

Verifica-se uma fraca diversificação de ramos de actividade económica no trabalho das mulheres sendo que, para esta população, o perfil de trabalho segue de perto o das ocupações caseiras. As mulheres desempenham no mercado de trabalho o mesmo tipo de ocupações para as quais foram treinadas e socialmente educadas, a saber: mulheres a dias, cozinheiras, copeiras (em cafés, restaurantes e hotéis).

A alta rotatividade no emprego encontrada no Brasil pode sugerir uma estratégia desenvolvida por esta população para o sustento da família geralmente extensa. De entre os trabalhadores da limpeza urbana em Portugal foi detectado o uso do despedimento voluntário para obter indemnizações e com estas «dar o sinal» para uma casa ou casar uma filha. Muitos dos trabalhadores de São Paulo despedem-se constantemente dos seus empregos para realizarem viagens de visitas a parentes que ficaram nas suas cidades de origem.

Todos estes elementos sobre o perfil do trabalho e rendimento dos pesquisados permitiu algumas ilacções aqui sintetizadas:

- *a composição do rendimento familiar* é formada quase exclusivamente pelo salário de um dos responsáveis pelo agregado, complementado com os salários dos demais membros. No caso do Brasil, para o trabalhador da limpeza houve, desde 1938, uma redução clara das suas possibilidades para associar serviços complementares ao trabalho de regular de limpeza. Não têm casa para arrendar, não conseguem acumular dois empregos (pelo grau de privação a que estão sujeitos) e não podem recolher sucatas para venda como faziam cinquenta anos antes. Percebe-se a clara extensão da proletarianização do trabalhador urbano que se traduz não só na dependência do salário nominal, como também na precarização do seu viver. O trabalhador com baixas qualificações revela uma alta mobilidade, sendo mão-de-obra sem qualquer privilégio. Pelo contrário, a sua experiência é o seu próprio «sucateamento». Salários insignificantes não prendem o trabalhador a um dado emprego.

- *o rendimento familiar cresce* na medida em que aumenta em cada unidade familiar o número dos que desempenham actividades remuneradas, o que não deixa de ser óbvio. Todavia, o número de elementos da família altera este quadro. Duas das famílias mais numerosas entrevistadas no Brasil têm de rendimento dez salários mínimos, ou seja, 806

dólares/mês, o que equivale a um rendimento per capita de 100 a 120 dólares/mês. Quanto menos membros familiares maior é o rendimento per capita, outra constatação óbvia. Todavia, é de se assinalar a mudança no comportamento reprodutivo dos trabalhadores: tem-se verificado a queda da fecundidade no comportamento da população brasileira. Veja-se o exemplo de um caso: Nivaldo e Edna. Ele é motorista e conseguem reunir um rendimento per capita de cerca de 160 dólares/mês. Este quadro altera-se, porém, em situações como a de Rosemar, única provedora com duas crianças; o seu salário de varredora significa uma capitação de 82 dólares por mês.

• *a capitação familiar* do trabalhador da limpeza urbana que recebe entre dois e quatro salários mínimos variou de 68 a 160 dólares/mês, numa frequência média de 95 dólares/mês ou 1140 dólares/anuais em média no Brasil; em contrapartida, em Portugal variou de 186 a 635 dólares/mês, numa frequência média de 309 dólares/mês ou de 3.706 dólares de capitação anual. Portanto, as condições salariais do mesmo trabalhador entre Portugal e Brasil possibilitam um rendimento três vezes maior para o primeiro. Tal significa uma disponibilidade de 3 dólares dia/pessoa no Brasil face a 10 dólares dia/pessoa em Portugal. De acordo com os padrões do Banco-Mundial, o nível de pobreza (em dólares de 1985) estabelecido como o PPC (paridade do poder de compra) é de US\$ 275 per capita anuais para os extremamente pobres e US\$ 370 per capita para os pobres. Contudo «o poder de compra» do salário no Brasil é bastante baixo: com uma capitação de 30 dólares/mês (US\$ 370/12 meses) dificilmente se vive. Com 1 dólar/dia toma-se, no máximo, cinco cafés.

O valor do transporte em São Paulo é 50 centavos de dólar por viagem, portanto um dólar permite 2 viagens/dia. Hoje, mais do que o dólar, a moeda que define o custo de vida é o custo da Coca-Cola (US\$ 0,40 no Brasil e US\$ 0,70 em Portugal) ou de um «hamburger» (US\$ 1,50 no Mac Donald no Brasil ou em Portugal), isto é, dois dólares é o custo médio de um lanche tido como padrão referência quase mundial. Pode concluir-se, pois que o trabalhador brasileiro, que auferir de três a quatro salários mínimos pode garantir com o seu salário (total) um lanche por dia, por pessoa, sobrando um dólar para todas as outras despesas. Já o tra-

balhador português no mesmo padrão profissional pode obter cinco lanches por pessoa/família.

Estes dados reforçam o quanto o salário mínimo é o grande factor de risco para o trabalhador. No Brasil quem recebe quatro salários tem poucas condições de viver, correspondendo tal a um terço do que ganha o trabalhador português nas mesmas funções.

Sobrevivendo no quotidiano, o trabalhador não tem no salário recebido (que não chega ao fim do mês) uma garantia sequer para o presente. Como dizem, o exercício que esta população mais pratica é o de esticar o salário, pois os dias do mês são maiores do que ele. Esta espoliação cresce a ponto de o 13º mês se ter tornado um mecanismo para prover o passado e não o presente ou o futuro: é com ele que são pagas as dívidas e as contas atrasadas.

Constatou-se uma grande diferença de rendimentos entre os apanhadores de papel pesquisados no Brasil e os de Portugal. Homens destituídos, como o mostra a sua trajectória, muitos vivendo nas ruas, os apanhadores vivem em condições miseráveis. Os inquiridos brasileiros construíram algum grau de garantia através da cooperativa que formaram, ganhando entre US\$ 75 e US\$ 126/mês ou de 1 a 1,5 salário mínimo. Os pagamentos recebidos pela recolha efectuada são feitos diariamente e variáveis, pois dependem do que se consegue arrecadar. Para que uma renda mensal gire em torno do salário mínimo, o trabalho deve ser intenso. Entretanto, o resultado não depende apenas do empenho no trabalho, outras variáveis interferem decisivamente.

Em contraponto, verificou-se uma enorme similitude no grupo dos assistidos pelos serviços de assistência ou acção social nos dois países. A sua homogeneidade resulta, entre outros, de que têm ganhos inferiores a 150 dólares mensais. Os aposentados/reformados e as mulheres têm um visível predomínio neste grupo, assinalando tal facto o quanto o valor da pensão/reforma é um risco para o trabalhador. Uma outra diferença foi detectada entre os trabalhadores urbanos da limpeza e os utentes da assistência/acção social: estes tendem a configurar uma situação de empobrecimento causada em geral pela dependência da pensão, que reduz o valor da remuneração. A perda de emprego ou o abandono do lar (geralmente pelo cônjuge), ou seja, diversas situações de instabilidade, fazem a pessoa empobrecer já que o seu quotidiano não permite nenhuma poupança para o enfrentamento destas fatalidades.

A ampliação do rendimento através de «expedientes» pode registar-se quer com o trabalhador brasileiro com o português. O trabalhador do lixo pode proceder à arrecadação de objectos com que faz múltiplos aproveitamentos: as garrafas encontradas são usadas para levar para o campo e engarrafar o vinho; a recolha de aparelhos electrodomésticos permite a outro fazer consertos e vender posteriormente os aparelhos; o metal apanhado pode ser vendido. Esta recolha é proibida no caso do Brasil, o que leva a que o façam de forma clandestina e obtenham «gorjetas» dos moradores. A pluriactividade é típica entre os trabalhadores portugueses que mantêm os seus laços com o campo, reiterando o vínculo rural-urbano ainda presente na população portuguesa. Outro expediente detectado é o chamado «penhoramento» de objectos para obtenção de dinheiro a juros, a fim de enfrentar alguma dificuldade. Penhorar o ouro é, para os portugueses, uma das saídas que adoptam os que possuem tais valores.

As famílias trabalhadoras da limpeza urbana no Brasil foram o grupo mais jovem de entre os pesquisados. Na população de 188 utentes da assistência social no Brasil, 26% do total tem menos de 20 anos; entre a população dos assalariados da limpeza pública 49% têm menos de 20 anos e entre os autónomos 25% tem menos de 20 anos, o que permite concluir pela condição jovem do trabalhador desqualificado.

De entre os pesquisados variou o predomínio entre o carácter urbano e rural. No caso brasileiro e entre os utentes da assistência social entrevistados apenas quatro moram em zona rural, o que equivale a dizer que a quase totalidade é de população urbana, não migrante (98,2%). Embora todos os trabalhadores da limpeza pública morem na zona urbana, são na quase totalidade migrantes de outros estados (90,3%) (Durham, 1973). Todos os trabalhadores autónomos moram num centro urbano, embora sendo migrantes de outros estados, e apenas dois deles têm origem rural. Por seu turno, o trabalhador português da limpeza urbana mantem fortemente os seus laços com o campo. De facto, indica a sua morada do meio rural: na cidade (Porto) passa a semana a trabalhar, tendo algum canto para dormir, indo aos fins de semana ao encontro da família, geralmente em zonas rurais ou de periferia urbana.

Em geral, o trabalhador busca alternativas para o não pagamento de habitação e transporte, o seu salário é fundamentalmente para comer, pagar água, luz e gás (Zaluar,

1985). Não tem condições para comprar roupas, ele recebe-as ou compra-as em segunda mão. Em especial o trabalhador brasileiro transformou-se no consumidor de segunda mão ou de sucatas. É com as sobras, o refugio do consumidor de primeira mão, que mobila a sua casa: frigorífico, móveis, sofás, etc. A televisão e o fogão são, porém, os equipamentos imprescindíveis. O acesso aos *media* transformou-se no universo da comunicação urbana, principalmente através das «novelas».

Este quadro todo reitera, para o Brasil como para Portugal, que trabalho, custo de vida e pobreza são parceiros da precariedade do trabalhador.

87

A perspectiva de um estudo comparado entre Brasil e Portugal não se justifica imediatamente pela semelhança económico-social e política das duas nações. Pelo contrário, o Brasil como país latino-americano faz parte do espaço terceiro mundista, enquanto Portugal se posiciona como membro integrante da Comunidade Económica Europeia. O horizonte mediato dos dois países apresenta largas diferenças.

Porém as duas nações encontram algumas ancoragens em comum como:

**Brasil e  
Portugal:  
duas  
sociedades  
de frágil  
Estado Social**

- a posição que ocupam na divisão internacional do trabalho, onde combinam significativo índice de produção industrial e presença de avanço tecnológico com formas precárias e heterogéneas de trabalho. No caso do Brasil, ainda com formas que pouco se distanciam da escravidão;
- a posição intermediária das duas nações na divisão internacional do trabalho;
- a forma particular de regulação salarial marcada pela instalação tardia da protecção social, com o próprio processo de regulação fordista já em crise;
- o forte papel centralizador que o Estado jogou ao longo do tempo, ao lado de uma organização frágil de sociedade civil;
- a existência de um Estado informal, paralelo ao Estado formal, que dilui direitos sociais e do trabalho. O Estado no quotidiano da regulação social parece minguado, actua à revelia das políticas oficiais agindo por negação ou omissão e com burocracias muito pesadas para atingirem seus fins;

- a existência de mecanismos informais que preenchem, ainda que fragilmente, as ausências da providência estatal;
- a massa de trabalhadores em precárias condições de vida nas duas nações, ainda que os números, absolutos ou relativos, sejam diversos;
- a irmandade de raiz histórica do simbólico cultural das duas nações, o que atravessa não só o imaginário popular como a própria (ir)racionalidade burocrática que marca a história do seu aparelho.

Possivelmente muitos mais pontos poderiam ser destacados, mas um dos que predomina é a unidade de esforços que núcleos de investigadores desses países desenvolvem no sentido de, através do estudo crítico, zelar para que o desenvolvimento dessas duas sociedades ocorra sem negligenciar os interesses populares.

As discrepâncias das duas nações, começando pela diversidade da dimensão territorial e populacional, espalha-se pela estrutura da população e do trabalho.

A análise da relação salarial em Portugal regista uma introdução tardia e incipiente da regulação fordista. Esta entrada deve-se a «razões especificamente políticas, num contexto que conferiu ao Estado português um grau de autonomia em relação à lógica do capital muito superior àquele de que gozaram os Estados dos países centrais» (Santos, 1990:175).

Somente em 1969, com a crise final do Estado Novo português e a concessão de espaço às lutas laborais, foram introduzidas medidas de regulação fordista para alguns sectores, como os ligados à construção naval.

Até então, o Estado português não exercia papel directo na área da protecção social como mostra a Constituição de 1933 e legislação subsequente. É preciso ter presente que a história de Portugal está marcada por um extenso período de estagnação económica, balizado entre 1926 e 1945. A aposta do Estado Novo num Estado nacional forte fundamenta, entre outros, a secundarização da sociedade civil e fomenta a organização de um forte sistema de autoridade. O Estado, neste contexto, volta-se para a integração dos grupos sociais, afastando a expressão de associações competitivas voluntárias. O sector rural é, neste caso, largamente dominante impondo o ritmo da oposição ao desenvolvimento industrial do país.



Em 1974, com a revolução de 25 de Abril, pretendeu-se estender a todos os trabalhadores a garantia de estabilidade e de segurança de emprego bem como o reforço da protecção em situações emergenciais (como subsídios de doença).

A trajectória brasileira é diferente: o salário-mínimo foi implantado sob a égide do Estado Novo getulista em Julho de 1940 (algum tempo depois de ter sido institucionalizado na Constituição de 1934). Nessa época passa a vigorar também a estabilidade no emprego, posteriormente dissolvida no período da ditadura militar (dos anos 70).

Contudo, o salário mínimo no Brasil, como regulação estatal, foi perdendo o seu significado, sofrendo contínuas perdas de valor real. O poder de compra do salário mínimo em 1990 era de 22% do seu equivalente em 1940. No período de 1970 a 1980 os salários desceram no Brasil 4% e em Portugal 2,5%. Em contrapartida, no período de 1980 a 1986, ocorreu no Brasil uma regressão de -1,1% enquanto Portugal, no mesmo período, cresceu em 1,3%.

As análises sobre o Brasil actual indicam que está a acontecer uma «africanização» da economia, aproximando o país do Quarto Mundo. O rendimento per capita, que em 1989 era de US\$ 2003, caiu em 6,5%, equivalendo a US\$ 1869 em 1990. O número de trabalhadores contratualmente regulares, isto é, com contrato de trabalho assinado, no mesmo período, viu-se reduzido em aproximadamente 4%.

Boaventura de Sousa Santos analisando o Estado português do ponto de vista da regulação social conclui que: «(1) não foi estabelecido até hoje um pacto político social envolvendo as principais forças sociais e tendo por objectivo último compatibilizar duradouramente o capitalismo e a democracia; (2) o Estado português não conseguiu até agora manter uma relação sustentada ainda que tensa, entre as exigências da acumulação de capital e as medidas destinadas a legitimar o Estado junto às classes populares; (3) o nível de gastos públicos em políticas distributivas e sociais é relativamente baixo; (4) a administração pública nunca interiorizou a existência de direitos sociais.» (Santos, 1990: 253).

Possivelmente este quadro nas suas variantes genéricas muito pouco precisaria ser retocado para poder espelhar a situação brasileira, até porque, se houve no Brasil a regulação salarial em 1940, esta antecipa em quase cinquenta anos as medidas de protecção social ou a legalização de um sistema de segurança social na Constituição. Este só apareceu, formalmente, na Constituição de 1988 e ainda não foi regula-

mentado até à presente data pelos vários governos brasileiros. Pior ainda, ele tem sido um ponto de forte confronto político, já que as forças situacionistas consideram que, no Brasil, a atribuição dos direitos sociais é uma medida inflacionária.

A Constituição da República Portuguesa de 1976, afiançadora formal dos direitos dos trabalhadores encontrou, no princípio, forte compromisso do governo para a sua efectivação, o qual tomou medidas coercivas para os implantar. Porém, estas medidas foram introduzidas no momento em que, na economia mundial, declinava a regulação salarial fordista. O frágil pacto capital-trabalho não garantiu tal efectivação. O novo modelo imposto aos empresários, em situação defensiva e desorganizada, não incluiu a negociação de novas condições de lucro e investimento. Por outro lado, a nova relação salarial não foi vinculada a qualquer ampliação da produtividade do trabalho; na realidade foram concomitantes à queda de produtividade. Por fim, e adoptando a análise de Boaventura de Sousa Santos, a forte matriz político-ideológica de introdução destas medidas fez com que, enquanto a crise revolucionária portuguesa se aprofundava, os direitos dos trabalhadores passaram a ser defendidos em nome de uma transição socialista e não de uma nova ordem capitalista, colocando-se em contínuo afastamento das forças situacionistas (Santos, 1990: 176).

Esta introdução tardia da regulação social inscreve Brasil e Portugal num mesmo processo: o de uma discrepância entre os quadros legais e as práticas sociais, o que leva a uma acção dúplice — entre o formal e o real — para a população.

O sistema de segurança social português enuncia (entre outros) os princípios da universalidade, unidade, descentralização e participação, o mesmo fazendo o sistema brasileiro, a partir da Constituição de 1988. A participação do Estado central refere-se à organização, coordenação e apoio financeiro. A acção social ou assistência social faz parte da protecção e é entendida como uma actividade de natureza preventiva dirigida aos grupos marginais (Costa, 1985).

No caso brasileiro, e a partir de 1988, o sistema de segurança social é composto pelas áreas da previdência (seguro), saúde e assistência social. Estas três políticas sociais públicas não tiveram ainda a sua regulamentação e gestão unificadas, numa sociedade onde ocorre um forte movimento em ordem a efectivar a descentralização e municipalização pre-

vistas na Constituição. A protecção social brasileira transita entre o modelo estatal, o privado e a filantropia da sociedade.

A proposta constitucional, neste 1995, continua a sofrer fortes embates devido à redução dos direitos sociais e à consequente desconstitucionalização da segurança social.

Os Estados-Providência português e brasileiro são incipientes a ponto de não se poder, de facto, admitir que Brasil e Portugal sejam países onde exista este modelo de regulação. Pelo contrário, é um outro modelo de regulação social aquele que é construído nesses dois países. Recoloca-se então nestas realidades a questão do papel do Estado pela coexistência da sua central, mas insuficiente, intervenção na reposição das condições vitais da população. Entende-se que é esta conjuntura que mantém e fundamenta, o protagonismo incidente da sociedade-providência nos dois países, recoberta por laços afectivos e de solidariedade.

O que se quer mostrar neste cotejo genérico sobre a regulação social brasileira e portuguesa é que, embora se verifique a heterogeneidade de ambas as realidades, elas trazem em comum o quadro de (in)certezas do trabalhador.

Como rebate nas condições de vida dos brasileiros e dos portugueses esse estado de incipientes certezas?

Uma primeira conclusão é a alta incidência das taxas de pobreza e das precárias condições de vida. Uma das constatações do significado da pobreza para a população é o carácter provisório do viver. «Ser pobre é viver o dia a dia; é não ter conta no banco, é não saber o dia de amanhã» (depoimento de um entrevistado). O provisório transforma-se em crónico e passa a caracterizar a precarização do viver.

Outra conclusão é a da necessária associação entre várias estratégias de sobrevivência de modo a embaratecer as condições de reprodução social e encontrar outras formas de cobertura das necessidades que não sejam só advindas do salário. Dir-se-ia que ocorre a desmercadorização, pelo menos directa, de algumas formas de responder às necessidades (Boyer, 1990).

A baixa credibilidade face aos políticos, ao Estado e aos governantes convive com formas de cultura paternalista, principalmente em regiões menos urbanizadas. As instituições públicas, os governantes e os políticos não contam com a credibilidade popular, embora a população entenda que eles possam resolver alguns dos seus problemas.

A confiança é creditada às pessoas com quem a população efectivamente «pode contar» na situação de «aperto» ou

dificuldade. Ou seja, a credibilidade é maior na sociedade-providência. A Igreja é a instituição mais acreditada junto da população brasileira.

A credibilidade reside sobretudo no nível microssocial. Há quase uma inversão. Partidos políticos e Estado, que deveriam ser instrumentos de elaboração e execução de políticas sociais, são reduzidos a aparelhos manipulados pelos políticos em períodos de eleições. Quando o modelo dos políticos é o da troca de votos por pequenos favores ou promessas, a população rapidamente se dá conta disso e busca conseguir algum ganho imediato, já que não acredita no discurso social desses políticos.

A crise de legitimação do Estado e dos governantes permanece presente na população. Para os pobres, as instituições assistenciais são valorizadas como aquelas que concretamente podem trazer algum serviço ou benefício adequado às suas necessidades. Contudo, como estas instituições não processam os seus serviços directamente, mas através de convénios que trespassem recursos para uma iniciativa privada, aos olhos da população fica fortalecida a sociedade-providência e, nesta, as lideranças locais como distribuidoras dos serviços que atendem às suas necessidades.

É possível construir-se a hipótese da heterogeneidade da sociedade-providência, de modo semelhante à análise de Boaventura de Sousa Santos sobre o Estado pós-fordista português ao caracterizá-lo como heterogéneo. Considera o autor que a heterogeneidade é a estratégia estatal que procura a redução da discrepância entre o quadro institucional e as relações socio-económicas através de algumas medidas administrativas que visam criar uma associação entre a estabilidade socio-política e a produção, pelos *media*, de mitos e símbolos que reforcem a imagem de sucesso da acção do governo (Santos, 1990). Real e simbólico mesclam-se na busca de legitimidade governamental.

A heterogeneidade da sociedade-providência, em contrapartida, está assente em relações de equivalência, reciprocidade e credibilidade. As suas experiências mesclam manutenção e resistência à tutela, acumulando iniciativas de pedagogia popular, com o que se constroem elementos para contrapor à naturalização da subalternidade e para antecipação da melhoria das suas condições de vida.

O simbólico, neste caso, reside numa cumplicidade de relações transferida de boca em boca, num circuito afectivo e parental das relações.

Esta sociedade-providência adquire dois formatos: o transclassista, isto é, aquele exercido dos mais ricos para os mais pobres, em geral marcado pela benemerência histórica dos grupos filantrópicos; e o intraclassista traduzido na relação entre aqueles que partilham das mesmas dificuldades.

O estudo efectuado, trouxe mais elementos sobre o segundo grupo, ainda que, na referência aos seus trajectos de vida, a ajuda eventual da filantropia apareça quer exercida por particulares, quer exercida pelo Estado.

É esta riqueza de possibilidades que constrói o espaço deste estudo quando buscou conhecer a existência de formas múltiplas na construção do padrão de vida pelos trabalhadores. Este contexto traduz no concreto uma nova unidade que diz respeito à reprodução das condições de vida desencadeadas pelo trabalhador.

A relação salarial, após os chamados «trinta anos gloriosos» da regulação fordista — o pós 2ª Guerra Mundial —, vê-se como centro de estratégias não só de empresas e governos, mas também dos trabalhadores. Instaura-se uma flexibilidade capaz de introduzir nas empresas os salários paralelos, como salário-eficiência, o salário-productividade ou prémios de produtividade. Esta flexibilidade traz também como marca o enfraquecimento das formas institucionais e a formação paralela de procedimentos e mecanismos não institucionais (Lipietz, 1982). Estes mecanismos vistos no princípio como actos individuais, voluntários e ocasionais, em sociedades como Brasil e Portugal deixam de ser estratégias locais para se transformarem numa das mediações não institucionais do processo de regulação. Trata-se de uma solução engendrada pelo trabalhador e pautada sobretudo na cooperação.

As condições de reprodução social do trabalhador e sua família têm por matriz a regulação salarial e social e nesta se inclui, não só a cobertura ao sistema de protecção social, mas também, o padrão de distribuição dos serviços públicos, no que se inclui a infra-estrutura urbana.

Essa face institucional da reprodução social completa-se através das iniciativas de organização do trabalhador no sentido de suprir ou amenizar as suas necessidades. O trabalhador conjuga com o salário outros rendimentos e acessos que em conjunto compõem as suas condições de vida. Este processo de iniciativa do trabalhador foi denomi-

### **A Sociedade- Providência e os seus múltiplos «arranjos»**

nado frequentemente de estratégias de sobrevivência, o que circunscrevia as suas iniciativas a âmbitos individuais e eventuais. A posição conceptual que aqui se adopta rebate inclusivamente a falsa noção de «autonomia» dessas estratégias que, muitas vezes, são entendidas equivocadamente enquanto acções de resistência que põem a força da população autónoma «de costas» para o capital e para o Estado.

O que se sublinha é que as condições de vida do trabalhador são resultantes não só dos processos institucionais como também de um protagonismo que, cada vez mais, se insinua e que é o da sociedade-providência.

Afirma-se que, longe de acções fugazes, a sociedade-providência corresponde a um processo que, paralelamente ao institucional, se estende não só à quantidade, como também às várias esferas da vida e quotidiano do trabalhador. Ela penetra tanto na esfera da produção como da reprodução social. O facto de ser paralela não lhe dá autonomia, mas sim o carácter de uma construção histórica que convive com o instituído, ou até com a centralidade do Estado formal num Estado informal que alia uma complexidade de funções e burocracias à aplicação selectiva e tolerante da legislação, isto é, baseada na convivência de formas duais de dominação.

A sociedade-providência é pois um conjunto de mecanismos e práticas de base social que, de facto (e não de direito), constrói garantias de enfrentamento das adversidades e reduz a precariedade das condições de viver.

O campo da política de assistência social tem-se colocado tradicionalmente no âmbito da sociedade-providência, quer através das organizações não governamentais (ONGs) com quem actua prioritariamente, quer pela natureza das suas acções que se posicionam em paralelo com as demais políticas sociais, chegando mesmo a interpenetrá-las pelo incentivo dos laços e inter-relações familiares. Tal carácter sublinha a pertinência de neste estudo se ter incluído o âmbito institucional do sector governamental de assistência social.

O estudo desenvolvido confirma que sociedades como o Brasil e Portugal não são garantes de certezas sociais, o que mantém os padrões de reprodução social dos seus estratos sociais mais baixos vinculados à eventual solidariedade local.

O modelo político das sociedades examinadas, tal qual um brinquedo oriental de papel, tresdobra-se em formas, espaços, ranhuras cuja totalidade parece nunca poder configurar-se. A imagem é a da incompatibilidade entre conteúdo

e continente, uma roupa ajeitada para um corpo em mutação que exige contínuos ajustes feitos às escondidas de olhares.

São estas «costuras» pouco visíveis que a população aqui estudada engenhosamente produz nas tramas do seu tecido cotidiano.

O salário, que poderia ser a certeza da reprodução social, é apenas cobertura precária da alimentação, luz e água, enquanto despesas tidas como fundamentais à sua sobrevivência. Para a população um dos mecanismos de enfrentamento é o acesso à informação; assim, a televisão tem prioridade certa nas suas aquisições.

Saúde, transporte e educação são os campos com maior cobertura, o que não significa qualidade dos cuidados, mas somente possibilidade de acesso, ainda que vinculado a dispêndios difíceis como medicamentos, material escolar, etc.

A habitação é frequentemente o espaço da precarização do viver, pois está muito distante da garantia de privacidade, salubridade e mesmo abrigo de intempéries. A sensação que fica é que habitação é sempre um «arranjo» que não chegou ao patamar de ser um padrão de vida. O seu significado é sobretudo o de não estar ao relento, mas não de morar, quanto mais de residir. O trabalhador e a população de baixos rendimentos não têm o estatuto pleno de residente, o que demonstra inclusivamente a sua mobilidade espacial.

Vestuário e lazer são artigos de luxo incompatíveis com o seu padrão de vida. Folga é apenas o espaço para mais trabalho, principalmente para as mulheres. Roupas não é um artigo para comprar em lojas, mas para ter acesso por dádiva e nas feiras de «pugas», sempre em segunda mão.

Neste quadro, a sobrevivência quotidiana vai sendo tecida, como já se afirmou, em múltiplos malabarismos. Estes artifícios são precedidos de uma atitude fundamental que é o grande indicador que modula à partida o perfil do padrão de reprodução social dos estratos sociais mais baixos, que é a coragem de enfrentar a vida. Esta coragem expressa-se de múltiplas formas:

- o movimento de desterritorialização e reterritorialização:  
*a vida severina*;
- a feminização das lutas: a coragem da mulher;
- as táticas de ousadia: a resistência ao risco.

### ***A vida severina***

O primeiro malabarismo que se destaca é o da mobilidade na relação com o espaço, na busca do ambiente mais favorável.

vel ou menos agressivo. A mobilidade espacial é marca no Brasil enquanto migração interna, principalmente de nordestinos para o chamado Sul-maravilha. Não poder assentar raízes ou a frágil autonomia para permanecer onde nasceu, caracterizam a trajetória do viver do trabalhador. Isto põe em questão a territorialidade como um dos elementos que desenham o padrão de vida desejado (Oliveira, 1990).

A *vida severina* expressa esta trajetória migrante: é a estratégia de migrar para fugir da seca ou da ausência de trabalho no Nordeste; ou sair da zona rural para os centros mais urbanizados com vista à obtenção de trabalho e acesso a serviços sociais. No mais baixo da pirâmide ocupacional os trabalhadores, na sua maioria, migraram da sua terra natal.

Os trabalhadores entrevistados apresentam uma elevada mobilidade de habitação e emprego deslocando-se por regiões, em sentido rural-urbano, entre e intra cidades. Neste processo vai acontecendo um desenraizamento: na medida em que esse trabalhador entra nas grandes cidades, ele perde os vínculos de identificação com o bairro ou a cidade que habitava. A habitação e o emprego são sempre precários, o que o lança num processo de mobilidade contínua. Os vínculos primeiros referenciam-no à terra de origem e por isso mesmo é possível dizer que são cidadãos transterritoriais. Este desenraizamento leva à acumulação de experiências de enfrentamento da vida, mas, ao mesmo tempo, é reverso pela descontinuidade da utilização de serviços sociais e de relações que lhes garantiriam alterar, se não o seu próprio destino singular, pelo menos o dos seus filhos (Sposati, 1988).

Mas é preciso observar que neste processo de alta mobilidade algo os acompanha. Caminham sempre integrando-se em grupos de parentes ou conterrâneos. Outro factor importante diz respeito à linguagem. No mais das vezes este trabalhador desqualificado e itinerante mantém a linguagem aprendida na terra natal. Resiste à apropriação da linguagem usual no espaço urbano. A linguagem é um signo de identidade cultural, portanto, de resistência. Nas suas micro-territorialidades, estes grupos constroem a solidariedade entre os da mesma terra. Como primeiro campo de certezas destaca-se o da identidade dos pequenos grupos da mesma naturalidade e parentais, ou meramente do campo do sentimento de pertença. Nesse movimento a desterritorialização leva, ao mesmo tempo, à busca de novas formas de territorialidade que possibilitem a identidade de origem. O sentimento da



proveniência é, assim, um factor importante na formação de micro-territorialidades da população dos mais baixos estratos sociais.

### ***A feminização das lutas***

A mulher enfrenta, além da própria discriminação expressa, entre outras formas, por salários mais baixos e menos oportunidades educacionais, uma tripla tarefa: o trabalho para ter ganhos monetários; o trabalho não remunerado para garantir a reprodução da família; o trabalho social para buscar alterar as condições de vida (não só a sua e da sua família, mas do grupo com o qual se identifica pelo sentimento de pertença).

Conforme se deixou salientado o tempo de lazer é, usualmente, um tempo de procura activa de novas oportunidades; é, pois, tempo para mais trabalho.

As várias trajectórias de vida reconstruídas a partir das entrevistas mostram-nos mulheres fortes: a que saiu da prostituição e agora se preocupa com as crianças; as mães sem recursos desdobrando-se em pequenas (grandes) actividades compensatórias; a que consegue gerir uma variedade de projectos como creches e melhorias habitacionais; a apanhadora de papel do Porto que, como muitas, é a provedora fundamental da sua família.

No universo particular dos que recorrem à assistência social, nota-se, nos dois países, uma presença mais incisiva de mulheres, por razões que podem prender-se com a sua maior disponibilidade (apenas justificada pelas mais baixas taxas de emprego). Mas esta presença parece, sobretudo, significar uma acrescida capacidade de procurar os recursos, utilizando a força (e a responsabilidade) que lhe é dada pelo íntimo conhecimento das carências familiares e da inevitabilidade da sua resolução.

Nas iniciativas de carácter comunitário e local, é habitual encontrar as mulheres não só no papel de animadoras voluntárias locais, como também de prestadoras de serviços sociais não pagos. Trata-se, pois, de formas activas de enfrentamento, que configuram processos de luta afirmados pela visibilidade das reivindicações e pedidos, como pela exemplaridade de que é possível alterar o ciclo da estagnação e abandono, utilizando até uma parca fatia de recursos. As mulheres são frequentemente, nestes grupos, a força motora fundamental da acção a nível local. Em toda esta iniciativa, a sua actividade doméstica é simultaneamente um constrangimento

(pela exigência que faz) e uma motivação (pela visibilidade acrescida sobre as carências vivenciadas). As diversas contabilidades nacionais insistem em não reconhecer o valor monetário do trabalho não pago das mulheres, o que para além de encurtar a visão sobre o valor nacionalmente produzido, escamoteia um factor de inegável equilíbrio, designadamente nas economias mais frágeis.

### ***A resistência ao risco***

As estratégias de resistência e ousadia fundem-se numa cultura própria dos excluídos onde o sobreviver, mesmo com perdas ou redução de padrões desejáveis, é o símbolo da vitória e a coragem para enfrentar a vida.

Neste elenco surgem múltiplas formas de manifestar a ousadia e a resistência:

- a submissão/rebelião;
- a alienação consentida;
- a ruptura com a estabilidade;
- a ruptura com a legalidade;
- a ruptura com a privacidade da habitação;
- a ruptura com o descanso;
- a apropriação da informação.

Este quadro permite pensar a sociedade-providência em dois circuitos: um íntimo e um outro mais exterior. A distinção entre estes circuitos pode basear-se no âmbito do protagonismo que subjaz às solidariedades em que assenta a sociedade-providência.

No circuito íntimo a solidariedade constroi-se pela *identidade da carência*, enquanto que no circuito exterior a solidariedade decorre do *dever para com o outro*. Esse protagonismo manifesta-se quer em sujeitos individuais, quer em colectivos. É o sentimento de pertencer, ao lado da consciência de viver os mesmos riscos sociais que fundam a *solidariedade da partilha*. Por sua vez, é a característica da escala de valores humanos e éticos que impulsiona a manifestação da *solidariedade de concessão*.

Em ambos os circuitos a sociedade-providência constitui-se num campo que transita de modos informais a modos formais ou institucionais. No circuito íntimo, o formal manifesta-se nas várias formas associativas da população, enquanto no circuito exterior se expressa pelas organizações filantrópicas e de promoção social.

*A solidariedade da partilha* tem maior fundamento na

igualdade social, enquanto a *solidariedade de concessão* se baseia no princípio da subsidiariedade. A relação de reciprocidade distingue um e outro circuito embora ambos possam implicar acções bilaterais como, por exemplo, a prática do favor que pode ser parental como clientelista.

Apesar de os dois circuitos poderem ser manifestação da sociedade-providência e, por isso, se basearem em «arranjos» — portanto, circunstanciais e eventuais — verifica-se uma diferença fundamental entre um e outro. Esta diferença traduz-se na presença do potencial de reiteração da subalteridade nas formas compensatórias da solidariedade.

99

### ***Circuito íntimo da sociedade-providência***

No seu círculo mais íntimo, não institucional e informal, a sociedade-providência assenta não só na identidade mas na solidariedade do favor, em geral entre parentes ou vizinhos. Deste circuito releva um modo de mutualidade informal que tem por mecanismo o *contrato de compromissos*: «hoje eu ajudo-te para amanhã poder contar com a tua ajuda». Esta forma, informal, de mutualidades expressa-se na solidariedade do favor e na do parentesco. Por sua vez a expressão mais organizada do circuito íntimo está na solidariedade da luta.

### ***Circuito exterior da sociedade-providência***

Outra forma de manifestação da solidariedade baseia-se no dever ético ou moral face ao outro. Aqui o fundamento não é a identidade, mas a subsidiariedade ou complementaridade do dever ou da vontade para com o outro.

Constrói-se uma nova esfera da sociedade-providência não tão fluida e nem tão fundada na relação afectiva e de identidade de pertença como a anterior. Esta nova esfera da sociedade-providência organiza práticas compensatórias em relação ao outro. Todavia, esta esfera é ainda uma zona de transição da fluidez para a institucionalização. Esta forma de manifestação pode ser individual ou colectiva, abrindo possibilidades diversas de inclusão, desde a *solidariedade apadrinhada*, à *solidariedade missionária* e à *solidariedade filantrópica*.

Seja pela coragem de enfrentar a vida, seja pela solidariedade que contém, a sociedade-providência produz como efeito formas de *enfrentamento do risco social*. E com isto, ela permanece no campo da satisfação de necessidades. Não transita do hoje para o amanhã, ou da superação das

mazelas do quotidiano para as expectativas. Ela opera o hoje, as urgências, e não as garantias futuras.

A sociedade-providência não ingressa no campo das certezas e da previsão, daí não alcança o campo jurídico dos direitos. Não se pode, pois, entender a sociedade-providência como campo de protecção social, pois as garantias que ela possa chegar a construir são para o enfrentamento do risco e não no campo da anulação do risco ou da garantia da certeza. Assim sendo, a sociedade-providência não é alternativa ao modelo político do Estado-Providência embora em sociedades de frágil protecção social, como Brasil e Portugal, ela seja consentidamente uma componente do modelo político de Estado Social.

Perversamente, a solidariedade transforma-se em espaço de efectivação de mecanismos compensatórios, entrando na esfera quer da legitimação, quer da acumulação. Nesta dimensão ela é campo de redução do valor da força de trabalho, dados os padrões precários de reprodução social que constrói e, como tal, faz parte dos mecanismos de regulação social. Isto ocorre, não só através do embaratecimento do valor do trabalho, mas também pela restrição à igualização de padrões sociais e pela desregulamentação dos pedidos incidentes na política social.

Todavia, se, do ponto de vista da gestão capital-trabalho, a sociedade-providência é um mecanismo de regulação que opera no campo da fluidez, ela não deixa também de conter a potencialidade — que o estudo demonstrou — de ser um campo de exercício do protagonismo histórico dos segmentos sociais economicamente excluídos da distribuição de riquezas. Por outras palavras, as suas tácticas de resistência contêm uma possibilidade não só de enfrentamento do risco, como de enfrentamento da subalternidade.

Este movimento sugere que a sociedade-providência, contraditoriamente, não deixa de conter espaços para a construção colectiva da cidadania num novo modelo político de relações que não o referido historicamente como modelo marshalliano ou o do *welfare-state*. Esta cidadania não seria construída através do consumo de bens e serviços, mas resultaria da possibilidade de reconhecimento da capacidade de protagonismo. Esta possível característica sugere um campo fértil de lutas e possibilidades de enfrentamento das desigualdades.

## Conclusão

Em síntese, os movimentos da sociedade-providência trazem a luta pela igualdade face à certeza da diferença.

A concepção fetichizada de sociedade-providência torna-a singular enquanto presença da solidariedade numa sociedade de desigualdades, solidariedade essa capaz de oferecer condições de protecção nas situações de risco e de vulnerabilidade social. Sob esta visão, ela é uma manifestação social positiva alheia ao processo de regulação social e às formas administradas da providência estatal, pois revela-se ágil, flexível e culturalmente adequada às condições de vida da população e, para alguns, contrapõe-se ao padrão administrado da universalização das certezas e garantias que o salário e o Estado possam assegurar (Wiman, 1989).

A primeira afirmação necessária na busca de um conceito crítico vai constituir a sociedade-providência enquanto campo de relações sociais e, portanto, como um processo historicamente construído. A segunda afirmação indica que esta construção social possui duas faces que acabam por imbricar-se: uma no campo cultural-ideológico e outra no campo económico-social.

Isto significa que a sociedade-providência é ao mesmo tempo: a) manifestação de padrões culturais; e, b) mecanismo de regulação social.

Esta dupla caracterização decorre do processo perverso de precarização das relações que regem a vida do trabalhador de baixos estratos ocupacionais.

A matriz cultural marca a socialização dos riscos pela identidade na vida de incertezas. A ausência de garantias públicas fortalece as relações de parentesco como capital social com que conta a população de baixos estratos salariais para além da certeza de ser portadora de força de trabalho. A certeza está na mão do companheiro com quem se identifica pela carência e com quem constrói um crédito de mutualidades. É a solidariedade de risco em contraponto ao capital sem risco.

A mão estendida, símbolo do partilhar, é porém apropriada por múltiplos interesses ideológicos e para esferas de relações que se distanciam da identidade da carência, construindo, em seu lugar, o feitiço da ajuda. Este é um outro circuito da sociedade-providência, que se apresenta de forma mediatizada por organizações cujos valores podem, ou não, ser identificados com os valores da população que vive os riscos sociais.

Como mecanismo de regulação social a sociedade-provi-

dência é um espaço de transformação das certezas em «arranjos» provisórios. A sua funcionalidade é dupla, pois permite:

a) uma alta individualização dos riscos (em contraponto à sua socialização) pelo processo selectivo de acesso; e, b) uma baixa universalização das certezas (em contraponto à sua equalização) pelo processo (meramente) circunstancial de inclusão.

Mais do que um fenómeno, a sociedade-providência é um campo de relações, mecanismos e mediações que se dão entre grupos como entre classes sociais; entre relações pessoais como entre relações institucionais. A sua característica mais extensiva (em qualquer expressão que assuma) é o seu carácter aparentemente informal. Baseia-se em compromissos, cumplicidades, ajudas que não chegam a constituir obrigações, mas disponibilidades.

É possível, inclusivamente, que na sociedade de mercado esta disponibilidade possa ser compreendida como um campo de «recursos ociosos» a serem explorados, fazendo-o transitar da informalidade para a formalização e, assim, substituir as obrigações do Estado-Providência.

Nesta perspectiva, a sociedade-providência sai do campo das mutualidades de socialização das carências e apresenta-se como potencial embrionário a ser explorado em substituição ao Estado-Providência, carregando consigo um grande «fascínio e charme», designadamente por ser um mecanismo baseado em sólidos valores de coesão.

O fortalecimento de redes de micro-solidariedades põe em confronto a concepção preventiva da socialização dos riscos enquanto espaço de repartição de perdas e ganhos. Retira «as certezas» do campo da redistribuição social e coloca «os riscos» no campo individual.

Como já foi dito, a sociedade-providência, como mecanismo de regulação social, substitui as disposições gerais por cuidados/regulações *ad hoc*. Neste movimento, fragmenta-se uma gama de referências e de espaços que eliminam a possibilidade do controle social. Por outras palavras, as atenções deixam de ser devidas para serem vontades e eventual possibilidade.

A positividade da sociedade-providência como manifestação histórica reside porém na potencialidade que contém de espaço aberto a múltiplos protagonismos. Com isto, ela não deixa de ser um campo de fortalecimento das organizações e manifestações da sociedade civil.

A sociedade-providência tem a atraente característica de oposição ao conformismo. Ela é, em si, um mecanismo de enfrentamento e, até por isso, um campo de cooptação face às ausências e incumprimento das garantias estatais.

O desafio posto é o de intensificar a dimensão cultural e ideológica da sociedade-providência, o que põe em destaque o seu potencial de múltiplos e alternativos protagonismos sociais, em contraponto à sua inserção no campo económico-social, onde se reduz a mero campo de respostas, em geral precárias.

É no movimento entre essas duas faces que a sociedade-providência contém uma certeza: a certeza da luta. ■

## Referências Bibliográficas

104

- Boyer, Robert 1990 *A Teoria da Regulação*. São Paulo, Ed. Nobel.
- Costa, Alfredo Bruto 1986 «A Despesa Social Pública em Portugal (1960-1983)». *Planeamento*, 8, 1/2/3: 7-67.
- Durham, Eunice R. 1973 *A Caminho da Cidade de São Paulo*. São Paulo, Ed. Perspectiva.
- Lipietz, Alain 1982 «Redéploiement et le Space Économique», *Travaux et Recherches de Prospectives*, 85, Setembro.
- Oliveira, Francisco 1990 «Os Protagonistas do Drama: Estado e Sociedade no Brasil». In S. Laranjeira (org.), *Classes e Movimentos Sociais na América Latina*, Rio de Janeiro, HUCITEC.
- ONU, PNUD 1990 *Desarrollo Humano*, Informe 1990. Bogotá, ONU.
- Santos, Boaventura de Sousa 1990 *O Estado e a Sociedade em Portugal (1934-1989)*. Porto, Ed. Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa 1991 «State, Wage Relations and Social Welfare in the Semiperiphery: the Case of Portugal». *Oficina do CES*, nº 23.
- Silva, Manuela 1989 *A Pobreza em Portugal*. Lisboa, Cáritas.
- Sposati, Aldaíza 1988 *Vida Urbana e Gestão de Pobreza*. São Paulo, Ed. Cortez.
- Sposati, Aldaíza (coord.) 1991 *Padrões de Reprodução Social na 'Sociedade-Providência' — Estudo Comparativo da Sociedade Brasileira e Portuguesa*. São Paulo, PUC/SP e LBA.
- Wiman, Ronald 1989 *Steps Towards a Welfare Society*. Helsínquia, National Board of Social Welfare.
- Zaluar, Alba 1985 *A Máquina e a Revolta; as Organizações Populares e o Significado de Pobreza*. São Paulo, Ed. Brasiliense.